

“CUIDAR E EDUCAR”: UM NOVO OLHAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Silvia Bergantini Miguel (G- Faculdades Integradas FAFIBE)

Resumo: As leis atribuem às crianças direitos de cidadania por meio da família, da sociedade e do poder público, com absoluta prioridade. Há necessidade crescente de que as instituições de educação infantil incorporem de forma integrada o binômio cuidar/educar. A creche que ainda mantém um atendimento assistencialista organiza sua rotina priorizando somente os cuidados básicos de guarda, alimentação, higiene e sono. Esta idéia precisa ser ampliada. É preciso não apenas cuidar, mas também educar.

Palavras-chave: educação infantil; creche; atendimento assistencialista.

“Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo afetivo entre quem cuida e é cuidado”.
(RCNEI – Vol. 1, p. 75, MEC/SEF, 1988)

1. Histórico da Educação Infantil

Muito se tem discutido a respeito do atendimento às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos, a natureza de seus programas, limitações e possibilidades.

A trajetória de Educação Infantil sempre esteve ligada ao “conceito de infância” que o homem construiu ao longo da história, e conseqüentemente as políticas voltadas para esta faixa etária.

A obra clássica de Philippe Ariès (1981) - História Social da Criança e da Família, retrata com clareza a lenta evolução de algumas posturas ocorridas ao longo dos séculos, envolvendo a trajetória da concepção de criança.

Na sociedade medieval, o sentimento de infância não existia, por isso não se considerava a criança com suas características particulares, próprias da sua idade, que a diferem do adulto. Ela era considerada um “adulto em miniatura”, e, por essa razão, assim que tinha condições de viver sem os cuidados constantes de sua mãe ou ama, ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia destes, participando de jogos e situações de procedência tipicamente adulta.

Até o século XVII, as condições gerais de higiene e saúde eram precárias e conseqüentemente a mortalidade infantil era muito grande, por causa da fragilidade das crianças pequenas. Os pais se sentiam penalizados com a morte de seus filhos, mas viam o acontecimento como fenômeno natural e, que a criança morta poderia ser substituída por outra recém-nascida. As mulheres, ao longo de suas vidas davam à luz muitos filhos, tendo consciência que muitos deles não sobreviveriam à primeira infância. As crianças que conseguiam atingir uma certa idade só passavam a ter identidade própria, a ser consideradas como indivíduos na comunidade social, quando conseguiam fazer coisas semelhantes àsquelas realizadas pelos adultos, com os quais viviam. Um sentimento superficial de crianças somente era reservado à *criancinha*, quando ela ainda era uma *coisinha engraçadinha* e que servia para o divertimento dos adultos, que a

consideravam como um *animalzinho*, um *macaquinho impudico*. Se morresse, podiam até ficar desolados, mas a regra geral era não dar muita importância. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.

A partir do século XVII, houve uma mudança considerável no modo de “ver” a criança. Isso quer dizer que, a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida, diretamente, mediante o contato com eles. Ela passou a ser mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi à escola, o colégio. Nesse período, definiram-se rumos da educação que visava, antes de tudo, corrigir as crianças, que, acreditava-se, nasciam sob o estigma do pecado, e guiá-las para o caminho do bem. Entre os moralistas e os educadores do século XVII, formou-se o sentimento de infância que viria a inspirar toda educação até o século XX.

No século XVIII, via-se a criança como um ser primitivo, irracional, não pensante. Atribuía-se a ela modos de pensar e sentimentos anteriores à lógica e aos bons costumes. Era preciso educá-la para desenvolver nela o caráter e a razão – traços de adultos.

Na realidade, não podendo compreendê-las naquilo que as caracterizavam, instituiu-se um padrão adulto para estabelecer julgamentos, ao invés de entender e aceitar as diferenças e semelhanças das crianças, a originalidade do seu pensamento. Pensava-se nelas como páginas em branco a serem preenchidas, preparadas para a vida adulta. Tratava-se de despertar na criança a responsabilidade do adulto, o sentido de sua dignidade. A criança era menos oposta ao adulto, do que preparada para a vida adulta. Essa preparação se fazia em etapas e exigia-se cuidados. Esta foi a concepção da educação, que triunfaria no século XIX.

Se na época medieval a vida era basicamente rural, e apenas a aristocracia e clero tinham acesso à educação e à cultura, com a expansão do comércio e o surgimento de uma nova classe social, os comerciantes, as coisas começaram a tomar novos rumos.

Com a expansão do comércio, essa nova classe começou a conquistar cada vez mais poder político, opondo-se a aristocracia. Esse movimento culminou com a Revolução Francesa quando o povo e os comerciantes, os burgueses, tomaram de assalto às instituições aristocráticas. O marco desse movimento é a Queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789. Para os “burgueses”, a educação dos filhos tornou-se muito importante, porque, sem conhecimento e sem formação necessárias, não poderiam levar à frente os estabelecimentos comerciais que viriam a herdar, nem conseguir posições sociais mais favoráveis, caso os pais não as tivessem. As escolas assumiram, então, o papel de *ponte para o futuro*, tendo como objetivo a preparação da criança para a vida e o trabalho. O ensino mais longo e aprofundado era oferecido aos filhos de burgueses que ocupariam cargos de técnicos, administradores, legisladores e intelectuais; enquanto que para os filhos dos trabalhadores braçais, que viriam a ser mão-de-obra da sociedade, destinava-se apenas uma educação básica.

Com a Revolução Industrial, no século XIX, e o crescimento das cidades, tornou-se cada vez maior a necessidade de mão-de-obra para trabalhar nas indústrias. Surgiu desta forma o trabalho feminino, e as mulheres que antigamente se dedicavam somente aos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos, passaram a ter de trabalhar fora de casa, nas indústrias. A sociedade encarregou-se do cuidado com as crianças – foram criadas, então, as primeiras creches e instituições de cunho assistencial, onde as crianças permaneciam, enquanto suas mães trabalhavam. Foram essas instituições, destinadas à guarda dos filhos das mulheres que trabalhavam fora de casa, que deram origem à pré-escola atual.

Embora a escolaridade destinada às crianças fosse diferenciada de acordo com sua classe social, a escola em geral partia de uma concepção de infância, que

pressupunha um *padrão médio*, único e abstrato de comportamento e desempenho infantil: as crianças das classes sociais menos favorecidas (de baixa renda) eram consideradas como *carentes, inferiores*, à medida que não correspondiam ao padrão pré-estabelecido. Faltavam a estas crianças, *privadas culturalmente*, segundo as concepções vigentes na época, determinados atributos, atitudes ou conteúdos que deveriam ser nelas inculcados. Somente na segunda metade do século XX, com os avanços dos estudos na área da psicologia do desenvolvimento, é que houve uma mudança de concepção do que é ser criança.

Ariès (1981), mostra como o conceito de criança tem evoluído através dos séculos, e oscilado entre extremos em que ora consideram a criança como um *bibelot* ou um *bichinho de estimação*, e ora a consideram um *adulto em miniatura*, passível de encargos e abusos como os da negligência, do trabalho precoce e da exploração sexual.

A história da criança demonstra que a presença infantil, como fator merecedor de atenção, cuidados, respeito, no contexto social, só começa a ser considerada muito recentemente. Foi a partir da psicanálise e, posteriormente da psicologia infantil que se passou a dar importância à infância como etapa fundamental e decisiva na formação da personalidade dos indivíduos. Até então, esta indefinição do que é ser criança, gerou no mundo e através dos tempos, grandes injustiças e graves prejuízos em relação às responsabilidades conjuntas do Estado, da sociedade e da família, no que diz respeito aos cuidados de higiene, saúde, nutrição, segurança, lazer e educação, elementos fundamentais ao processo de desenvolvimento e socialização das crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

A Constituição Brasileira de 1988, assegura em seus artigos referentes à educação a garantia do atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos, como direito de todos e dever do Estado e da família. Na seqüência, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em seu artigo 53, reforça estes direitos.

Mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei nº 9394/96) estabeleceu para o município a responsabilidade constitucional e legal em relação à educação infantil e ao ensino fundamental, dando prioridade ao ensino fundamental. É a primeira vez que a expressão “educação infantil” aparece na LDB, e é definida como a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 (seis) anos de idade. A lei estabelece que a educação infantil será oferecida em creches para crianças de até 3 (três) anos de idade e em pré-escolas para as crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos. Essa distinção entre creches e pré-escolas é feita unicamente pelo critério de faixa etária, sendo ambas instituições de educação infantil.

Atendendo às exigências da Lei, as creches passaram a integrar-se ao Sistema Municipal de Educação, deixando de ter um caráter “assistencial”, que historicamente se caracterizou como um atendimento de guarda para crianças de famílias de baixa renda. A creche deixa de ser um espaço de “guarda” para caracterizar-se como agência de educação.

Neste sentido, as instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) integram as funções de educar e cuidar, comprometidas com o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, intelectual, afetivo e social, compreendendo a criança como um ser total, completo, que aprende a ser e conviver consigo mesmo, com o seu semelhante, com o ambiente que a cerca de maneira articulada e gradual. Por isso, estas instituições precisam ter condições e recursos materiais e humanos voltados para o trabalho de cuidado e educação dessa clientela.

Cabe aos municípios o compromisso de oferecer às crianças uma educação de qualidade, direito inerente a todos.

Contudo, com todas as transformações pelas quais passou o mundo, com os avanços tecnológicos e científicos contemporâneos, os estudos e pesquisas referentes a educação infantil que vem sendo desenvolvidos, a importância que é dada ao desenvolvimento da criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos, as políticas públicas voltadas a esta faixa etária, acreditamos que garantir o direito – constitucionalmente adquirido - da criança à educação, desde do seu nascimento continua sendo um grande desafio, uma vez que, tão importante quanto garantir o seu acesso às creches e pré-escolas, é garantir o atendimento com qualidade, respeitando-se os seus direitos fundamentais.

2. Cuidados: quem educa cuida.

“Cuidar e educar são ações intrínsecas e de responsabilidade da família, dos professores e dos médicos. Todos têm de saber que só se cuida educando e só se educa cuidando”.

(Vital Didonet, consultor em educação infantil, ex-presidente da OMEP – Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar)

Contemplar o cuidado na esfera da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação. Cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas.

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades (RCNEI, MEC/SEF, 1998).

O desenvolvimento integral depende tanto de cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. A satisfação das necessidades afetiva das crianças é a base para o desenvolvimento infantil.

A pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Maria Malta Campos, afirma que:

“Foi só na década passada que os neurocientistas descobriram que há muito de extraordinário no que se passa no cérebro do bebê quando ele recebe um estímulo tão simples quanto um carinho da mãe. Como resposta ao gesto, em segundos, milhares de neurônios se conectam. Essas conexões, as sinapses, podem durar para sempre ou desaparecer. Se muitas forem criadas e fortalecidas no início da vida, a criança terá mais chances de ser um adulto saudável, com bom desempenho na escola, no trabalho e na vida afetiva”.
(FOLHA [Sinapse] – 27/01/04, p. 8).

Daí a importância fundamental da função dos pais e educadores nesta etapa decisiva do desenvolvimento infantil. Sobretudo nos primeiros anos de vida, os estímulos sensoriais oferecidos às crianças são essenciais. Atitudes de carinho, interações adulto-criança, criança-criança e criança-objetos, proporcionam uma intensa reação no cérebro. Segundo Osmar Terra, secretário da Saúde do Rio Grande do Sul,

“90% das conexões entre os neurônios se resolvem até os três anos de idade”. (FOLHA [Sinapse] – 27/01/04, p. 10). Prestar atenção e valorizar o choro de um bebê e responder a ele com um cuidado ou outro depende de como é interpretada a expressão do choro. É possível que alguns adultos conversem com o bebê tentando acalmá-lo, ou que peguem-no imediatamente no colo, embalando-o.

Denohue-Colleta (apud Evans, 1993, p. 3) resume, da seguinte forma, as necessidades das crianças entre 0 (zero) e 6 (seis) anos de idade:

Crianças de 0 a 1 ano necessitam:

- proteção para perigos físicos;
- cuidados de saúde adequados;
- adultos com os quais desenvolvam apego;
- adultos que entendam e respondam a seus sinais;
- coisas para olhar, tocar, escutar, cheirar e provar;
- oportunidades para explorar o mundo;
- estimulação adequada para o desenvolvimento da linguagem.

Crianças de 1 a 3 anos necessitam de todas as condições acima e mais:

- apoio na aquisição de novas habilidades motoras, de linguagem e pensamento;
- oportunidade para desenvolver alguma independência;
- ajuda para aprender a controlar seu próprio comportamento;
- oportunidades para começar a aprender a cuidar de si próprias;
- oportunidades diárias para brincar com uma variedade de objetos.

Crianças entre 3 e 6 anos (e acima desta idade) necessitam de todas as condições acima, e mais:

- oportunidades para desenvolver habilidades motoras finas;
- encorajamento para exercitar a linguagem, através da fala, da leitura e do canto;
- atividades que desenvolvam um senso de competência positivo;
- oportunidades para aprender a cooperar, ajudar, compartilhar;
- experimentação com habilidades de escrita e leitura.

Esta relação sugere que, desde o início de seu desenvolvimento, a criança requer uma gama ampla de condições, contatos e estímulos, por parte das pessoas e do ambiente que a cerca.

2. Considerações finais

O novo ordenamento constitucional e legal brasileiro atribui às crianças direitos de cidadania, definindo que sua proteção integral deve ser assegurada pela família, pela sociedade e pelo poder público, com absoluta prioridade. Os debates atuais apontam para uma necessidade crescente de que as instituições de educação infantil incorporem de forma integrada o binômio cuidar/educar.

A creche que ainda mantém um atendimento assistencialista organiza sua rotina priorizando somente os cuidados básicos de guarda, alimentação, higiene e sono. Esta idéia precisa ser ampliada. A criança precisa ser vista muito além do que o aspecto dos cuidados, porque ela é rica em conhecimento, cultura, criatividade e está em constante desenvolvimento.

É preciso não apenas cuidar, mas também educar. Sob tal enfoque, situações que ocorrem diariamente na rotina das crianças que freqüentam creches, como tomar banho, por exemplo, poderão se transformar num momento educativo e lúdico na medida em

que o adulto interagir com a criança, estreitando-se os vínculos afetivos. Para que ocorra um atendimento de qualidade nas instituições de educação infantil, sem fragmentação entre as ações de cuidar e educar, faz-se necessária a formação dos profissionais que atuam na área.

O poder público, portanto, não está isento de responsabilidade, ao contrário, compete a ele, a articulação de políticas públicas de atendimento à infância que respeite os direitos fundamentais das crianças.

3. Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais da criança**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1995.

_____. Educar e Cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. IN: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Departamento de Política Educacional, Coordenação de Educação Infantil. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

CURY, Munir; MARCUÇA N. J. **Estatuto da Criança e do Adolescente anotado**. 2 ed. São Paulo: Ed. revista dos tribunais, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO [Sinapse] – 27/01/04, p. 08.

FOLHA DE SÃO PAULO [Sinapse] – 27/01/04, p. 10.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

OLIVEIRA, J. (org.). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

PIOTTO, Débora Cristina., CHAGURI, Ana Cecília., MELLO, Ana Maria; SILVA, Ana Paula Soares; ELTINK, Caroline; YAZLLE, Cláudia Helena; CARNIEL, Isabel Cristina; SORDI, Geórgia de; BALDIN, Luciane Sá de Andrade; FREDERICK, Marilú Ingrid Biben; MORAES, Regiane; BESANI, Viviane; ROSSETTI – FERREIRA, Maria Clotilde; **Promoção da qualidade e avaliação na educação infantil: uma experiência**. Caderno de Pesquisas, Fundação Carlos Chagas, n.105, p. 52-77, nov.1998.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (RCNEI), MEC/SEF, Vol 1, 1998.